

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.232.978/0001-00
Sacramento e Santa Juliana - MG

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. | CEMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes (contas a receber não faturado);
- Nota 9 – Receita (Não faturada);

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

Alinha a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros

“Reforma da Taxa de Juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de hedge. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento. As demonstrações financeiras da Companhia não sofreram impactos em razão dessa alteração.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes. Essas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, fornecedores e passivo de arrendamento.

Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor do serviço prestado, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Receita

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determinados, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

A Companhia reconhece a receita como agente, pois não tem exposição a riscos e benefícios significativos associados com a venda de energia, sendo seu ganho predeterminado por uma comissão em relação ao megawatt faturado ao cliente.

As receitas são reconhecidas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais vigentes no momento da intervenção da Companhia na transação da comercialização de energia entre os agentes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e juros do passivo de arrendamento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Bancos Conta Movimento	50	32
Certificado de Depósitos Bancários	14.153	314
Overnight	1.565	1.119
Total	15.768	1.465

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 65% e 99% em 2020 (entre 89% e 97% em 2019), conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (4,39% em 2019), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na aplicação em outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2020	2019
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificado de Depósitos Bancários	4.980	–
Letras Financeiras - Bancos	18.931	19.821
Letras Financeiras do Tesouro	6.672	2.894
Debêntures	54	96
Total	30.637	22.811
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	6.663	–
Debêntures	226	56
Total	6.889	56
Total	37.526	22.867

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 106% e 110% em 2020, conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxas de remuneração que variaram entre 99,5% e 130% do CDI em 2020 (entre 101,95% e 113% do CDI em 2019).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre Taxa Referencial (TR)+1% e 109% do CDI em 2020 (entre 108,25% e 113% em 2019).

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

5. CLIENTES

	Saldos a vencer		Total
	Não Faturado	2020	
Clientes	5.735	5.735	5.596
Total	5.735	5.735	5.596

A Companhia não constituiu provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa pelo fato de a Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	2020	2019
Imóveis	145	–
Total	145	–

A movimentação do ativo de direito de uso encontra-se apresentada a seguir:

	2020	2019
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	–
Adição	150	150
Amortização	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145	145

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	2020	2019
Saldos em 31 de dezembro de 2019	–	–
Adição	150	150
Juros incorridos	15	15
Pagamentos efetuados	(16)	(16)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	149	149
Passivo circulante	18	18
Passivo não circulante	131	131

As taxas de desconto foram obtidas com referência à taxa de empréstimo incremental das empresas do Grupo Cemig, baseada nas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue.

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados em 2019 e 2020		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

A análise de vencimento do passivo de arrendamento está demonstrada na nota explicativa nº 14.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Circulante		
Contribuição Social	548	356
Imposto de Renda	1.110	1.084
Total	1.658	1.440

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2020	2019
Não Circulante		
Contribuição Social diferido	46	16
Imposto de Renda diferido	127	44
Total	173	60

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$486, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2020	2019
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	98	98
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais	28.127	27.541
Total	28.225	27.639

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal, pois o saldo dessa reserva encontra-se no limite de constituição permitido de 20% sobre o capital social.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$28.127 em 2020, referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2020	2019
Resultado do Exercício	56.255	55.082
Dividendos Mínimos Obrigatórios – 50%	28.128	27.541
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	28.128	138
Dividendos Intermediários	–	27.403
Dividendos Adicionais	28.127	27.541
Total dos dividendos propostos	56.255	55.082

Destinação do Resultado de 2020 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2021, que, ao Resultado do exercício de 2020, no montante de R\$56.255, seja dada a seguinte destinação:

- RS\$28.128 de dividendos estatutários; e
- RS\$28.127 para pagamento de dividendos adicionais.

9. RECEITA

	2020	2019
Prestação de Serviço	67.488	65.590
Prestação de Serviços Não Faturados	138	269
Deduções à Receita Operacional (a)	(4.493)	(4.372)
Receita Operacional Líquida	63.133	61.487

a) Deduções à Receita Operacional

	2020	2019
COFINS	(2.028)	(1.976)
PIS-PASEP	(440)	(428)
ISSQN	(2.025)	(1.968)
Total	(4.493)	(4.372)

10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Pessoal	122	155
Serviços de Terceiros (a)	133	296
Amortização	5	–
Outros	6	16
Total	266	467
Custo	122	155
Despesas	144	312
Total	266	467

a) Serviços de Terceiros

	2020	2019
Consultoria	–	109
Manutenção/Conservação de Móveis e Utensílios	62	66
Auditoria Externa	38	48
Publicações Legais	12	30
Tecnologia da Informação	18	11
Outros	3	32
Total	133	296

11. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	1.121	1.837
Outras Receitas financeiras	–	3
Total das Receitas Financeiras	1.121	1.840

Despesas Financeiras

Juros Passivo de Arrendamento	(15)	–
Outras despesas financeiras	(3)	(11)
Total das Despesas Financeiras	(18)	(11)
Resultado Financeiro	1.103	1.829

